

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2012

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2012

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	04
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	06
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	07
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	08
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	09
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	10
ADMINISTRAÇÃO	24
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	25
PARECER DO CONSELHO FISCAL	26

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(EM MILHARES DE REAIS)

Ativo	Nota	2012	2011
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	101.984	90.082
Aplicações financeiras vinculadas	5	17.980	32.577
Contas a receber:			
Sistema Petrobras	7(a)	133.280	91.593
Tributos antecipados		66.287	91.778
Demais ativos circulantes		<u>8.411</u>	<u>8.735</u>
Total do ativo circulante		<u>327.942</u>	<u>314.765</u>
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	16.484	55.487
Depósitos judiciais		<u>1.530</u>	<u>494</u>
		<u>18.014</u>	<u>55.981</u>
Imobilizado			
Imobilizado em uso e ativos em construção	6	2.481.122	2.581.471
Estoque de sobressalentes		<u>41.074</u>	<u>40.413</u>
		<u>2.522.196</u>	<u>2.621.884</u>
Total do ativo não circulante		<u>2.540.210</u>	<u>2.677.865</u>
		<u>2.868.152</u>	<u>2.992.630</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Passivo	Nota	2012	2011
Circulante			
Fornecedores		27.755	20.049
Provisão para imposto de renda e contribuição social	9	90.498	82.841
Contas a pagar, incluindo adiantamentos - empresas do Sistema Petrobras	7(a)	50.311	74.898
Empréstimos subordinados dos demais acionistas	7(b)	3.167	2.907
Financiamentos de agências multilaterais de crédito	8	72.031	78.639
Dividendo	10	276.552	206.073
Outras contas a pagar		39.140	35.128
Total do passivo circulante		559.454	500.535
Não circulante			
Contas a pagar, incluindo adiantamentos - empresas do Sistema Petrobras	7(a)	963.318	939.968
Empréstimos subordinados dos demais acionistas	7(b)	192.653	176.843
Financiamentos de agências multilaterais de crédito	8	195.167	244.833
Obrigações atuariais	20	1.860	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	84.208	115.376
Total do passivo não circulante		1.437.206	1.477.020
Patrimônio líquido			
	10		
Capital social		203.288	203.288
Reservas de lucros		572.756	753.860
Dividendo adicional proposto		95.448	57.927
Total do patrimônio líquido		871.492	1.015.075
		2.868.152	2.992.630

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(EM MILHARES DE REAIS)

	2012	2011
Receita operacional líquida (Nota 11)	842.850	728.335
Custo dos serviços prestados		
Depreciação do gasoduto e de bens operacionais	(149.001)	(144.037)
Custo de operação e manutenção (Nota 12)	(157.241)	(149.728)
Total do custo dos serviços prestados	(306.242)	(293.765)
Lucro bruto	536.608	434.570
Honorários da diretoria e do conselho de administração	(3.948)	(3.783)
Despesas gerais e administrativas (Nota 13)	(70.541)	(58.887)
Lucro operacional	462.119	371.900
Despesas financeiras (Nota 14)	(84.594)	(78.272)
Receitas financeiras (Nota 5)	16.525	19.400
Variação cambial de passivos (Nota 15)	(100.811)	(130.349)
Despesas financeiras, líquidas	(168.880)	(189.221)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	293.239	182.679
Imposto de renda e contribuição social (Nota 9)	(98.333)	(60.345)
Lucro antes das participações dos empregados	194.906	122.334
Participações dos empregados	(4.010)	(6.480)
Lucro líquido do exercício	190.896	115.854

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(EM MILHARES DE REAIS)

	Reserva de lucros				Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Lucros a realizar	Especial			
Saldos em 31 de dezembro de 2010	203.288	40.658	382.416	478.932	21.224	-	1.126.518
Autorização da AGO 28/03/2011 para pagamento	-	-	-	-	(21.224)	-	(21.224)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	115.854	115.854
Realização de reservas	-	-	(133.306)	(14.840)	-	148.146	-
Dividendos propostos e a distribuir	-	-	-	-	57.927	(264.000)	(206.073)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	203.288	40.658	249.110	464.092	57.927	-	1.015.075
Autorização da AGO 16/03/2012 para pagamento	-	-	-	-	(57.927)	-	(57.927)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	190.896	190.896
Realização de reservas	-	-	(115.233)	(65.871)	-	181.104	-
Dividendos propostos e a distribuir	-	-	-	-	95.448	(372.000)	(276.552)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	203.288	40.658	133.877	398.221	95.448	-	871.492

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(EM MILHARES DE REAIS)

	2012	2011
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	190.896	115.854
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício e o caixa proveniente das atividades operacionais		
Depreciação do gasoduto e de bens operacionais	149.001	144.037
Depreciação de outros itens	2.114	2.081
Pis/Cofins - recuperação do imobilizado	-	60.779
Encargos financeiros e variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	186.646	208.621
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.835	(22.495)
Variações em ativos e passivos		
Redução (aumento) de contas a receber	(39.681)	(17.981)
Redução (aumento) nos demais ativos circulantes	22.220	(27.310)
Aumento (redução) de fornecedores e demais passivos de curto prazo	18.680	(19.378)
	<u>346.815</u>	<u>328.354</u>
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	537.711	444.208
Atividades de financiamento		
Redução nos depósitos vinculados	14.597	(1.073)
Recebimentos de empresas do Sistema Petrobras	(56.144)	(70.354)
Pagamento de juros a empresas do Sistema Petrobras	(29.335)	(26.134)
Pagamento de juros dos empréstimos subordinados aos demais acionistas	(27.802)	(23.705)
Dividendos pagos atualizados	(281.043)	(187.193)
Pagamento de juros de financiamentos de agências multilaterais de crédito	(11.777)	(11.917)
Amortização de financiamentos de agências multilaterais de crédito	(83.531)	(68.986)
Recursos utilizados nas atividades de financiamento	(475.035)	(389.362)
Atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	(50.774)	(45.531)
Recursos utilizados nas atividades de investimento	(50.774)	(45.531)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	11.902	9.315
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	90.082	80.767
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	101.984	90.082

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(EM MILHARES DE REAIS)

	2012	2011
Receitas		
Serviços de transportes	1.015.649	877.726
Outras receitas	3.412	3.324
	<u>1.019.061</u>	<u>881.050</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(116.148)	(111.748)
Materiais, energia, serviços e outros	(26.711)	(23.199)
	<u>(142.859)</u>	<u>(134.947)</u>
Valor adicionado bruto	<u>876.202</u>	<u>746.103</u>
Retenções		
Depreciação do gasoduto e de bens operacionais	(149.001)	(144.037)
Depreciação de outros itens	(2.114)	(2.762)
	<u>(151.115)</u>	<u>(146.799)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>725.087</u>	<u>599.304</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	16.525	19.400
	<u>16.525</u>	<u>19.400</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>741.612</u>	<u>618.704</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	88.786	80.744
Impostos e contribuições	276.524	213.485
Despesas financeiras e variações cambiais	185.406	208.621
Lucro líquido do exercício	190.896	115.854
	<u>741.612</u>	<u>618.704</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(EM MILHARES DE REAIS)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG ("Companhia") é uma sociedade anônima constituída em 18 de abril de 1997 pela Petrobras Gás S.A. - GASPETRO, sua controladora, que por sua vez é uma subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, que detém 99,9% do seu capital. A Companhia tem sede no Estado do Rio de Janeiro, uma Central de Manutenção localizada na cidade de Campinas - SP e duas Unidades de Manutenção localizadas nas cidades de Campo Grande - MS e Florianópolis - SC.

A principal atividade econômica da TBG é a operação do Gasoduto Bolívia-Brasil - GASBOL, de sua propriedade, no lado brasileiro. Atividades associadas ao transporte de gás natural na sua região geoeconômica de influência, incluindo telecomunicação por fibra ótica, também estão contempladas no objeto social da Companhia.

O Gasoduto Bolívia-Brasil percorre 3.150 km desde Rio Grande, na Bolívia, até Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, dos quais 557 km no lado boliviano e 2.593 km no lado brasileiro. A capacidade de transporte do Gasoduto é de 30 milhões de m³/dia.

A operação do trecho norte, que se estende desde a fronteira do Brasil com a Bolívia até o Estado de São Paulo, foi iniciada em julho de 1999 e, a do trecho sul, ligando o Estado de São Paulo ao Estado do Rio Grande do Sul, em abril de 2000 e já foram totalmente concluídas. Os recursos para fazer face à construção do Gasoduto advêm de empréstimos subordinados dos acionistas (Nota 7) e de financiamentos de agência de crédito (Nota 8).

A recuperação dos investimentos no Gasoduto

Bolívia-Brasil está garantida pelos contratos de serviços de transporte com duração de 20 a 40 anos, resumidos a seguir, na modalidade *ship or pay*, na qual os clientes se obrigam a pagar pela capacidade de transporte contratada, independentemente do volume transportado:

(i) Contrato de transporte de quantidades básicas (TCQ) - para 18 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até dezembro de 2019.

(ii) Contrato de transporte de quantidades adicionais (TCO) - para 6 milhões de m³/dia, com pagamento antecipado e prazo de duração de 40 anos e vigência até setembro de 2041.

(iii) Contrato de transporte de quantidades complementares (TCX) - para 6 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até dezembro de 2021.

(iv) Contrato de transporte resultante do Concurso Público de Alocação da Capacidade - CPAC 2007 - para uma capacidade adicional de 5,2 milhões de m³/dia no trecho sul do Gasoduto, entre Paulínia e Araucária, com prazo de duração de 20 anos e vigência até setembro de 2030.

As operações da Companhia são basicamente efetuadas com empresas do Sistema Petrobras.

2) BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que incluem as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e foram preparadas com base no custo histórico

como base de valor com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 28 de janeiro de 2013.

A publicação das demonstrações contábeis da controladora Petrobras Gás S.A. - Gaspetro, está prevista para 8 de março de 2013.

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e incertezas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 6 - Imobilizado - quanto ao tempo estimado de vida útil dos ativos

Nota 9 - Impostos e contribuições sociais - quanto à recuperabilidade de tributos

Nota 16 - Contingências

Nota 17 - Instrumentos financeiros

Nota 20 - Plano de previdência complementar

3) RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis a seguir descritas foram aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

As receitas são reconhecidas com base no volume de gás natural contratado na modalidade *ship or pay* e as despesas e custos são reconhecidos quando incorridos.

b. Receita operacional e custo

O resultado inclui os rendimentos, encargos e variações cambiais a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes.

c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizada pela Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio vigente naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o valor da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o valor em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

e. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos podem ser classificados nas seguintes categorias:

- Instrumentos mantidos até o vencimento.
- Instrumentos disponíveis para venda.
- Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado.
- Empréstimos e recebíveis.
- Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Companhia possui instrumentos financeiros não derivativos incluindo:

- Instrumentos disponíveis para venda que incluem aplicações financeiras (Notas 4 e 5). Estas aplicações estão avaliadas pelo valor justo, com os rendimentos apropriados ao resultado.
- Empréstimos e recebíveis que incluem as contas a receber e outros créditos.
- Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

f. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A administração da Companhia monitora e avalia eventos e/ou indicativos que possam levar à não recuperação do valor contábil dos ativos imobilizados. Caso seja identificado algum indicativo de perda do valor, um teste de redução ao valor recuperável será aplicado.

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, es-

toques, ativo imobilizado e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perda de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa (UGC).

g. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da depreciação acumulada, combinado com os seguintes aspectos:

- Durante a construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, período pré-operacional da TBG, os juros e demais encargos financeiros dos recursos provenientes dos financiamentos aplicados na construção, líquidos das receitas financeiras, foram acrescidos ao custo do bem.
- A depreciação dos bens do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, pelos prazos mencionados na Nota 6, que levam em consideração as suas respectivas vidas úteis econômicas.

Com base nas projeções, do modelo econômico da Companhia, não foi identificada necessidade de provisões para perdas na realização do ativo imobilizado (*impairment*).

h. Demais ativos circulante e não circulante

São apresentados pelo valor de realização.

i. Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulante e não circulante são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

- Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

- Plano de pensão e de benefícios pós-emprego aos funcionários

Os custos do patrocínio do plano de pensão da TBG, na modalidade de contribuição definida até 31 de dezembro de 2011 e a partir de fevereiro de 2012 na modalidade de contribuição mista, parte contribuição definida e parte benefício definido, são equivalentes à contribuição ordinária mensal dos participantes não gerando déficits (superávits).

j. Empréstimos e financiamentos

São atualizados, de acordo com as cláusulas contratuais, pelas variações cambiais e juros incorridos até a data do balanço e são mensurados pelo custo amortizado.

k. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exer-

cício corrente e diferido, são calculados, com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda, e alíquota de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

Os ativos fiscais diferidos são decorrentes de prejuízo fiscal de exercícios anteriores a compensar e de diferenças temporárias, entre os valores de ativos e passivos registrados contabilmente pelo regime de competência, e os valores permitidos para uso pela legislação tributária.

A compensação de prejuízos fiscais é limitada a 30% do lucro tributável do exercício, e não possui prazo prescricional.

A contabilização do ativo fiscal diferido leva em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

l. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP.

m. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

O processo de convergência das políticas contábeis no Brasil às normas internacionais prevê a adoção de diversas normas, emendas às normas e interpretações do IFRS, emitidas pelo IASB, que ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, conforme a seguir:

Emissão	Descrição	Vigência a partir de exercícios iniciados em ou após:
IFRS 10	"Demonstrações Contábeis Consolidadas" (<i>Consolidated Financial Statements</i>). Estabelece os princípios para a preparação e apresentação de demonstrações contábeis consolidadas, quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades.	1º de janeiro de 2013
IFRS 11	"Acordos Conjuntos" (<i>Joint Arrangements</i>). Estabelece os princípios para reporte financeiro de entidades que sejam partes de acordos conjuntos.	1º de janeiro de 2013

Emissão	Descrição	Vigência a partir de exercícios iniciados em ou após:
IFRS 12	"Divulgações de Participações em Outras Entidades" (<i>Disclosure of Interests in Other Entities</i>). Consolida todos os requerimentos de divulgações que uma entidade deve fazer quando participa em uma ou mais outras entidades.	1º de janeiro de 2013
IFRS 13	"Mensuração a Valor Justo" (<i>Fair Value Measurement</i>). Define valor justo, explica como mensurá-lo e determina o que deve ser divulgado sobre essa forma de mensuração.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IAS 1	"Apresentação de Itens dos Outros Resultados Abrangentes" (<i>Presentation of Items of Other Comprehensive Income</i>). Requer que sejam agrupados em Outros Resultados Abrangentes os itens que poderão ser reclassificados para lucros ou prejuízos na demonstração de resultado do exercício.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IAS 19	"Benefícios a Empregados" (<i>Employee Benefits</i>). A nova versão do IAS 19 elimina o "método do corredor" para reconhecimento de ganhos ou perdas atuariais, simplifica a apresentação de variações em ativos e passivos de planos de benefícios definidos e, amplia os requerimentos de divulgação sobre planos de benefícios definidos.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IFRS 7	"Divulgações - Compensando Ativos e Passivos Financeiros" (<i>Disclosures - Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities</i>). Estabelece requerimentos de divulgação de acordos de compensação de ativos e passivos financeiros.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IFRS 9	"Data Obrigatória de Entrada em Vigor do IFRS 9 e Divulgações de Transição" (<i>Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures</i>). Postergaram a data de entrada em vigor do IFRS 9 para 2015. Eliminam também a obrigatoriedade de republicação de informações comparativas e requerem divulgações adicionais sobre a transição para o IFRS 9.	1º de janeiro de 2015

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor.

A Companhia estima que não haverá impactos relevantes na adoção.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2012	2011
Caixas e bancos	257	(256)
FIDC (a)	19.372	-
Aplicações financeiras de curto prazo	82.355	90.338
	<u>101.984</u>	<u>90.082</u>

(a) Representado por fundos de investimento em direitos creditórios do Sistema Petrobras (FIDC),

que teve sua primeira aplicação em 26 de dezembro de 2012.

O excedente de caixa encontra-se aplicado no Banco do Brasil S.A., com liquidez imediata e rentabilizou 9,16% e 11,40% em 2012 e 2011 respectivamente.

5) APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	2012	2011
Vinculados ao serviço da dívida	17.976	32.012
Vinculados a projetos de preservação do meio ambiente	4	565
	<u>17.980</u>	<u>32.577</u>

As aplicações financeiras vinculadas são mantidas no Banco do Brasil S.A. para garantir o pagamento do serviço da dívida de curto prazo em moeda estrangeira.

As receitas financeiras estão assim demonstradas:

	2012	2011
Ganhos/(Perdas) nas aplicações no fundo cambial	(323)	8.326
Juros sobre faturas	176	8
Receita nas aplicações do fundo FIDC	16	-
Receita nas aplicações de renda fixa	16.656	11.066
	<u>16.525</u>	<u>19.400</u>

6) IMOBILIZADO EM USO E ATIVOS EM CONSTRUÇÃO

	Tempo estima- do de vida útil (anos)	Custo	Depreciação acumulada	2012	2011
				Líquido	Líquido
Gasoduto Bolívia-Brasil (i)	30	4.216.540	(1.805.729)	2.410.811	2.528.094
Imóveis e benfeitorias	10 a 25	12.192	(4.968)	7.224	7.879
Móveis, equipamentos e instalações de escritório	10	4.431	(3.139)	1.292	1.606
Máquinas e equipamentos operacionais	10	19.238	(13.832)	5.406	6.535
Equipamentos e instalações de processamento de dados	5	32.855	(28.526)	4.329	3.485
Equipamentos e instalações de comunicação	5	5.082	(4.383)	699	764
Veículos	5	74	(74)	-	-
Imobilizado em andamento (ii)		51.361	-	51.361	33.108
		<u>4.341.773</u>	<u>(1.860.651)</u>	<u>2.481.122</u>	<u>2.581.471</u>

(i) A vida útil-econômica do Gasoduto Bolívia-Brasil foi determinada com base em laudo técnico de engenharia.

(ii) O imobilizado em andamento inclui a construção de novas estações de entrega e melhorias operacionais no Gasoduto.

	Gasoduto Bolívia-Brasil	Ativos em construção (**)	Equipamentos e outros bens de operação	Imóveis, instalações e outros bens	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	2.581.074	143.748	9.142	13.988	2.747.952
Adições	21	37.268	341	378	38.008
Transferências	145.953	(147.908)	332	1.623	-
PIS e COFINS a recuperar (*)	(57.666)	-	-	-	(57.666)
Baixas	-	-	(5)	(19)	(24)
Depreciação	(141.288)	-	(2.511)	(3.000)	(146.799)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	2.528.094	33.108	7.299	12.970	2.581.471
Adições	-	49.916	630	228	50.774
Transferências	29.239	(31.662)	35	2.388	-
Baixas	-	-	(5)	(3)	(8)
Depreciação	(146.522)	-	(1.854)	(2.739)	(151.115)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>2.410.811</u>	<u>51.362</u>	<u>6.105</u>	<u>12.844</u>	<u>2.481.122</u>

(*) Tributos contabilizados até 31 de dezembro de 2010 como parte integrante do custo de aquisição, reclassificados para o ativo circulante em 2011.

(**) Em 2011 as adições são decorrentes, preponderantemente, da conclusão da expansão do trecho sul e em 2012 são decorrentes de construção de estações de entrega.

7) PARTES RELACIONADAS

a. Sistema Petrobras

	2012			2011		
	Petrobras	Gaspetro	Total	Petrobras	Gaspetro	Total
Ativo circulante						
Contas a receber	81.520	2.006	83.526	71.473	98	71.571
Efeito cambial sobre a tarifa (i)	49.754	-	49.754	20.022	-	20.022
	<u>131.274</u>	<u>2.006</u>	<u>133.280</u>	<u>91.495</u>	<u>98</u>	<u>91.593</u>
Passivo circulante						
Contas a pagar	-	-	-	-	1.011	1.011
Evento escusável	1.226	-	1.226	1.226	-	1.226
Repasse de financiamentos (ii)	-	-	-	26.482	-	26.482
Adiantamentos de clientes (iii)	45.789	-	45.789	40.966	2.187	43.153
Empréstimos subordinados - Nota 7(b)	-	3.296	3.296	-	3.026	3.026
	<u>47.015</u>	<u>3.296</u>	<u>50.311</u>	<u>68.674</u>	<u>6.224</u>	<u>74.898</u>
Passivo não circulante						
Adiantamentos de clientes (iii)	762.802	-	762.802	737.160	18.747	755.907
Empréstimos subordinados - Nota 7(b)	-	200.516	200.516	-	184.061	184.061
	<u>762.802</u>	<u>200.516</u>	<u>963.318</u>	<u>737.160</u>	<u>202.808</u>	<u>939.968</u>
Resultado do exercício						
Receita bruta de serviços prestados - Nota 11	1.019.061	-	1.019.061	877.726	3.324	881.050
Despesas financeiras - Nota 14	(292)	(37.460)	(37.752)	(1.595)	(31.363)	(32.958)
Variações cambiais - Nota 15	(39.295)	(16.902)	(56.197)	(50.278)	(20.797)	(71.675)

(i) Efeito cambial sobre a tarifa

De acordo com termos contratuais, a tarifa de transporte praticada no ano é fixada em janeiro e mensalmente é calculada a diferença entre o valor apurado em reais com a paridade do dólar norte-americano do dia do recebimento, e a tarifa fixada em reais no início do ano. As diferenças apuradas mensalmente são registradas no resultado do exercício em que são apuradas, gerando um valor a receber ou a ressarcir à Petrobras, mediante compensação na tarifa de transporte do ano seguinte, considerando as quantidades previstas nos contratos. No exercício de 2012 foi apurado o montante de R\$ 49.754 a ser recuperado, em 2013, via aumento de tarifa (em 2011 foi apurado o montante de R\$ 20.022, recuperado em 2012 via aumento de tarifa).

(ii) Repasse de financiamentos - Petrobras

Tendo iniciado a construção do Gasoduto Bolívia-Brasil antes da efetiva estruturação organizacional da TBG, a Petrobras firmou contratos de financiamento, no montante de US\$ 415 milhões, para aquisição de materiais e equipamentos com instituições financeiras, sendo a principal delas o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES/FINAME, e com agências de crédito à exportação (ECAs) do Japão (J EXIM) e da Itália (Mediocredito).

Em julho de 1998 foram firmados contratos *On-lending* entre a Petrobras e a TBG para repasse desses financiamentos à TBG nas mesmas condições contratadas originalmente pela Petrobras.

No exercício de 2012 esses financiamentos foram integralmente liquidados.

(iii) Adiantamentos de clientes

• Petrobras

Refere-se a valor recebido em adiantamento do contrato TCO, aportado pela Petrobras, equivalente a US\$ 302 milhões, que foi destinado ao financiamento da construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, conforme previsto no “Acordo de Acionistas da TBG para Aporte de Capital e outras Avenças”, e está sendo liquidado através de prestação de serviços num período de 40 anos, a partir de 2001.

Inclui também pré-pagamento para financiamento de expansão do trecho sul, que está sendo liquidado através da prestação de serviço num período de 20 anos, a partir de outubro de 2010, e novas estações de entrega, que serão liquidados através da prestação de serviço, após o término de cada obra.

• Gaspetro

Refere-se ao pré-pagamento do aluguel de uma parte da faixa de servidão (área de passagem) do Gasoduto pelo período de 20 anos, a partir de 25 de julho de 2001. Em 1º de junho de 2012 este contrato foi cedido para a Petrobras.

b. Operações com acionistas

Empréstimos subordinados

Conforme previsto no “Acordo de Acionistas da TBG para Aporte de Capital e outras Avenças”, a captação dos recursos necessários ao financiamento da construção do Gasoduto Bolívia-Brasil incluiu aportes de recursos dos acionistas no montante de US\$ 310 milhões, destinados a comportar o orçamento básico do empreendimento. Deste total, 59% foram registrados como empréstimos subordinados e 41% como capital social, ambos integralizados na proporção da participação societária de cada acionista.

Até abril de 2000, os acionistas eram responsáveis,

ainda, pelos financiamentos dos gastos administrativos da TBG, que totalizaram US\$ 19 milhões. Deste total, 50% foram registrados como empréstimos subordinados e 50% como capital integralizado, também na proporção da participação societária de cada acionista.

Os empréstimos junto às agências multilaterais de crédito e às agências de crédito à exportação têm condição prioritária de liquidação e por isso são qualificados como dívidas sênior. Os empréstimos obtidos junto aos acionistas deverão ter liquidação subsequente e por isso são qualificados como empréstimos subordinados. Ambos possuem características de longo prazo.

Os empréstimos subordinados totalizam US\$ 192,4 milhões, remunerados à taxa de juros de 15% a.a., cujo pagamento do principal ocorrerá após a liquidação dos financiamentos das agências multilaterais de crédito.

Os saldos dos empréstimos subordinados em 31 de dezembro de 2012 e 2011, incluindo principal integralmente no longo prazo e juros integralmente no curto prazo, são:

	2012	2011
Passivo circulante:		
Petrobras Gás S.A. – Gaspetro	3.296	3.026
BBPP Holdings Ltda.	1.874	1.721
YPFB Transporte do Brasil Holding Ltda. (*)	776	712
Bear Gás Participações Ltda.	-	237
AEI América do Sul Holding Ltda.	-	237
GTB-TBG Holdings S.À.R.L. (**)	517	-
Total dos demais acionistas	3.167	2.907
Passivo não circulante:		
Petrobras Gás S.A. – Gaspetro	200.516	184.061
BBPP Holdings Ltda.	114.019	104.662
YPFB Transporte do Brasil Holding Ltda. (*)	47.180	43.309
Bear Gás Participações Ltda.	-	14.436
AEI América do Sul Holding Ltda.	-	14.436
GTB-TBG Holdings S.À.R.L. (**)	31.454	-
Total dos demais acionistas	192.653	176.843

As despesas financeiras com juros creditados aos acionistas por conta dos empréstimos subordinados e correção dos dividendos pela SELIC foram:

	2012	2011
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	37.460	31.363
BBPP Holdings Ltda.	21.301	17.834
YPFB Transporte do Brasil Holding Ltda. (*)	8.814	7.380
Bear Gás Participações Ltda.	-	2.460
AEI América do Sul Holding Ltda.	-	2.460
GTB-TBG Holdings S.À.R.L. (**)	5.877	-
Total dos demais acionistas	35.992	30.134

(*) Mudança da denominação social do acionista Transredes do Brasil Holding Ltda.

(**) A GTB-TBG Holdings S.À.R.L. adquiriu as participações da Bear Gás Participações Ltda. e da AEI América do Sul Holding Ltda., que totaliza 8% do capital da TBG.

8) FINANCIAMENTOS DE AGÊNCIAS MULTILATERAIS DE CRÉDITO

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para informações sobre risco de taxa de juros e moeda estrangeira, veja Nota 17(d) - Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco.

Em novembro e dezembro de 1998 foram assinados contratos de financiamento com as agências multilaterais de crédito relacionadas a seguir, no montante de US\$ 510 milhões, com prazos variando de 15 a 20 anos, e saques efetuados a partir de 1999, cujos saldos em 31 de dezembro são compostos como se segue:

	2012	2011
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	173.198	185.527
Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)	15.275	40.862
Corporação Andina de Fomento (CAF)	18.321	33.644
Banco Europeu de Investimento (BEI)	60.404	63.439
	267.198	323.472

	2012	2011
(-) Passivo circulante	(72.031)	(78.639)
Passivo não circulante	195.167	244.833

Abaixo estão demonstrados os vencimentos a longo prazo dos financiamentos de agências multilaterais de crédito:

	2012	2011
2013	-	65.683
2014	38.830	35.644
2015	39.542	36.297
2016	40.314	37.006
2017	41.148	37.771
2018 em diante	35.333	32.432
	195.167	244.833

Vencimentos do valor nominal do principal e juros dos financiamentos até o vencimento

	2012	2011
6 meses ou menos	47.990	44.314
6 a 12 meses	32.139	44.170
1-2 anos	44.897	73.493
2-5 anos	131.350	122.009
mais que 5 anos	35.981	72.694
	292.357	356.680

Os pagamentos do principal e juros dos financiamentos concedidos pelas agências multilaterais de crédito são garantidos pelo Governo Federal (União). Por conta de cada contrato de garantia emitido pela União em favor das mesmas, foram firmados contratos de contra-garantia, tendo como signatários a União, a TBG, a Petrobras e o Banco do Brasil S.A., nos quais a TBG se compromete a vincular as suas receitas à ordem do Tesouro Nacional até a liquidação das obrigações garantidas pela União. O contrato de caução de contas e receitas firmado entre a TBG, a Petrobras, na qualidade de credora caucionária das contas correntes de titularidade da TBG e dos recursos nelas depositados, e o Banco do Brasil S.A., como interveniente-anuente, disciplina a vinculação das receitas mencionadas.

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Contrato de US\$ 240 milhões à taxa de juros LIBOR (variável determinada pelo IADB *rate* do BID), que em 31 de dezembro de 2012 foi de 0,29%, mais *spread* de 1,63%. A totalidade do valor contratado foi sacada até dezembro de 2001 e o vencimento da última parcela será em 15 de dezembro de 2018.

Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)

Contrato de US\$ 130 milhões à taxa de juros LIBOR, que em 31 de dezembro de 2012 foi de 0,72% mais *spread* de 0,22%. A totalidade do valor contratado foi sacada até dezembro de 2000 e o vencimento da última parcela será em 15 de março de 2013.

Corporação Andina de Fomento (CAF)

Contrato de US\$ 80 milhões à taxa dos títulos do tesouro americano (TB) de 10 anos, fixada em 5,881% a.a., acrescida de *spread* de 3% a.a. O valor total contratado foi sacado de uma só vez em 1999 e o vencimento da última parcela será em 25 de novembro de 2013.

Banco Europeu de Investimento (BEI)

Contrato de US\$ 60 milhões à taxa de juros determinada pelo Banco (*EIB internal rate*), fixada em 7,09% a.a. O valor total contratado foi sacado de uma só vez em 1999 e o vencimento da última parcela será em 15 de junho de 2018.

9) IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

A TBG, fundamentada em estudo técnico que prevê geração de lucros tributáveis futuros, reconhece créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

O total de prejuízos fiscais acumulados a compensar, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 41.389 (R\$ 155.492 em 2011), que geraram R\$ 14.072 (R\$ 52.867 em 2011) de créditos fiscais a compensar, cuja recuperação está estimada para 2013.

a. O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o lucro têm a seguinte origem

	2012	2011
Ativo não circulante:		
Prejuízos fiscais a compensar	14.072	52.867
Provisões não dedutíveis temporariamente	2.412	2.620
	<u>16.484</u>	<u>55.487</u>
Passivo não circulante:		
Lucro não realizado em operações com empresa de economia mista	23.655	15.243
Efeito da tributação da variação cambial pelo regime de caixa	60.553	100.133
	<u>84.208</u>	<u>115.376</u>

b. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

	2012	2011
Lucro líquido do exercício, antes dos impostos e após participação de empregados	289.229	176.199
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro às alíquotas nominais combinadas (34%)	(98.314)	(59.907)
Efeito de adições permanentes de despesas não dedutíveis	(19)	(438)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro registrados no resultado do exercício	<u>(98.333)</u>	<u>(60.345)</u>

c. Provisão para imposto de renda e contribuição social

	2012	2011
Imposto de renda e contribuição social registrados no resultado	98.333	60.345
Aumento (redução) do valor a pagar:		
Pela tributação das perdas (ganhos) cambiais nas dívidas, somente quando realizados (regime de caixa)	39.580	58.599
Pelo uso de créditos fiscais diferidos	(38.795)	(35.514)
Pela redução de outros itens	(8.620)	(587)
Provisão para imposto de renda e contribuição social registrada no passivo circulante	<u>90.498</u>	<u>82.841</u>

10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital social, subscrito e integralizado, estava representado por 203.288.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Os acionistas da Companhia, e suas respectivas participações acionárias, são os seguintes:

- 51% - Petrobras Gás S.A. - Gaspetro;
- 29% - BBPP Holdings Ltda. - BBPP;
- 12% - YPFB Transporte do Brasil Holding Ltda.(*); e
- 8% - GTB-TBG Holdings S.À.R.L.

(*) Mudança da denominação social do acionista Transredes do Brasil Holding Ltda.

b. Reservas

• Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, até o limite de 20% do capital social. Não foi constituída reserva legal em 2012 e 2011, em decorrência de essa reserva ter atingido o limite máximo permitido.

• Reserva de lucros a realizar

Constituída em decorrência do registro de ganhos, principalmente, constituição de ativo fiscal diferido e de variação cambial de empréstimos de longo prazo que não geraram caixa para suportar os pagamentos de dividendos nos exercícios em que foram constituídos. O pagamento dos dividendos dessa reserva ocorre no exercício subsequente à medida que os eventos que originam a sua constituição se realizam financeiramente, nos termos do artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.

• Reserva especial

Constituída com base nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, para registrar os lucros que deixaram de ser distribuídos e que, se não absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos, assim que permitir a situação financeira da Companhia.

O artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações estipula

que o saldo das reservas de lucro, excetuadas as reservas de contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingido esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendo.

O excesso de reservas apurado no encerramento do exercício social de 2012 totaliza R\$ 235.591 (R\$ 301.462 em 2011). Em 2012 R\$ 65.871 foram transferidos para dividendos propostos.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de dezembro de 2010, os acionistas reafirmaram o seu entendimento quanto à Reserva Especial, ao aprovarem a manutenção a esse título dos saldos originários dos exercícios sociais de 2006 a 2010, e eventualmente nos exercícios subsequentes, enquanto permanecerem vigentes as condições que lhe dão fundamento.

c. Remuneração dos acionistas

Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, o mínimo obrigatório é de 50% do lucro líquido. Ao mínimo obrigatório de R\$ 95.448, foram acrescentadas parcelas das reservas de lucros a realizar pelo montante de R\$ 115.233 e reserva especial pelo montante de R\$ 65.871, totalizando R\$ 276.552 de dividendos a pagar no passivo circulante. A proposta encaminhada à Assembleia Geral Ordinária é de R\$ 372.000, restando R\$ 95.448 como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido.

Está assim demonstrado o montante da remuneração dos acionistas:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	190.896	115.854
Realização da reserva de lucros a realizar	115.233	133.306
Transferência da reserva especial	65.871	14.840
Dividendos propostos	372.000	264.000
Sendo:		
Dividendo a pagar - passivo circulante	276.552	206.073
Dividendo adicional proposto - patrimônio líquido	95.448	57.927
Dividendo a pagar - passivo circulante - R\$ por ação	1,36	1,01
Dividendo adicional proposto - patrimônio líquido - R\$ por ação	0,47	0,28

11) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2012	2011
Receita bruta de serviços prestados (Nota 7(a))	1.019.061	881.050
Tributos incidentes sobre faturamento	(176.211)	(152.715)
Receita operacional líquida	<u>842.850</u>	<u>728.335</u>

12) CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

	2012	2011
Custo de operação e manutenção		
Pessoal	41.093	37.980
Manutenção, conserto e reparo	35.567	36.622
Aluguel	16.800	12.626
Consumo de material	9.644	9.208
Utilização de sistemas de comunicação	2.288	2.589
Serviço de apoio operacional e outros	12.142	12.903
Despesas de viagens	1.896	1.808
Consumo de energia	37.811	35.992
	<u>157.241</u>	<u>149.728</u>

13) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2012	2011
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal	42.159	34.862
Despesas com imóveis	5.150	4.508
Despesas com equipamentos móvel e instalação	2.326	2.672
Despesas com veículos	169	133
Despesas com serviços contratados	10.919	7.488
Despesas de viagens	1.309	880
Despesas de comunicação e gerais	6.529	7.920
Outros tributos	1.980	424
	<u>70.541</u>	<u>58.887</u>

14) DESPESAS FINANCEIRAS

	2012	2011
Despesas financeiras		
Fornecedores	460	3.627
Empréstimo e financiamentos	10.391	11.554
Empresas do Sistema Petrobras	37.752	32.958
Empréstimo subordinado - demais acionistas	27.640	23.669
Juros sobre dividendos - demais acionistas	8.351	6.465
	<u>84.594</u>	<u>78.272</u>

15) VARIAÇÃO CAMBIAL DE PASSIVOS

	2012	2011
Variação Cambial		
Empréstimos e financiamentos	28.117	37.893
Empresas do Sistema Petrobras	56.197	71.675
Empréstimo subordinado - demais acionistas	16.231	19.992
Outros	266	789
	<u>100.811</u>	<u>130.349</u>

16) CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações. Alguns processos foram classificados como sendo de risco possível. Os mais relevantes estão a seguir mencionados, porém a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, não espera perdas financeiras nas ações em curso e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações contábeis.

Contingências passivas

- Ação indenizatória ajuizada pela MPE - a MPE, empreiteira contratada para obras do projeto Confiabilidade, pleiteia a condenação da TBG ao pagamento de indenização de perdas e danos em razão de suposto desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor máximo de ex-

posição da TBG é de R\$ 81.779. Por outro lado a TBG ajuizou ação pleiteando a condenação da MPE ao pagamento de indenização de perdas e danos em razão dos sucessivos inadimplementos contratuais. O valor pleiteado atualizado é de R\$ 54.362.

- Ação indenizatória ajuizada pela Mendes Junior Trading e Engenharia S.A., pleiteando indenização por conta de prejuízos decorrentes da alta dos preços de produtos e materiais e da variação cambial ocorridos no curso da execução dos contratos de prestação de serviços. O valor máximo de exposição da TBG é de R\$ 27.895.

Contingências ativas

• Recuperação de PIS e COFINS

A TBG ajuizou ação ordinária contra a União perante a justiça federal da seção judiciária do RJ, referente a recuperação, por meio de compensação, dos valores recolhidos a título de PIS incidente sobre receitas financeiras, no período compreendido entre fevereiro de 1999 e novembro de 2002 e COFINS, compreendido entre fevereiro de 1999 e janeiro de 2004, considerando a inconstitucionalidade do §1º do art. 3º da lei nº 9.718/98. O valor histórico de R\$ 11.999 relativo à citada ação não está refletido nas demonstrações contábeis.

• ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

A TBG ajuizou em agosto de 2008 Mandado de Segurança para excluir das bases de cálculo do PIS e da COFINS os valores pagos a título de ICMS. Em 18 de setembro de 2008, foi publicada decisão do juiz suspendendo o feito por 180 dias, tendo em vista a decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADC 18/2007, que determinou a suspensão de todos os processos relacionados à matéria.

17) INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais

e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possuía instrumentos financeiros derivativos para mitigar os riscos associados aos seus instrumentos financeiros, e durante o exercício efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os controles para identificação de eventuais derivativos embutidos nas operações da Companhia são corporativos e aplicados por sua controladora Petrobras. Tais controles estão relacionados principalmente à identificação de possíveis derivativos embutidos e orientação relacionada ao tratamento contábil a ser dado pelas empresas do Sistema Petrobras. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme o quadro abaixo:

Instrumentos financeiros	Nota	2012	2011
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	4	82.612	90.082
Aplicações financeiras vinculadas	5	37.352	32.577
Contas a receber	7(a)	133.280	91.593
Passivos			
Fornecedores		27.755	20.049
Contas a pagar, incluindo adiantamentos - empresas do Sistema Petrobras	7(a)	1.013.629	1.014.866
Empréstimos e financiamentos	8	267.198	323.472

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Tendo em vista o contrato

de caução de contas e receitas, a Companhia realiza operações com o Banco do Brasil S.A., o que faz com que este risco seja reduzido.

Não há risco de crédito considerado em relação ao único cliente, Petrobras, que nos treze anos de operação da Companhia sempre efetuou os pagamentos de faturas dentro dos prazos contratados.

b. Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio do dólar norte-americano.

A viabilização financeira do projeto da Companhia baseou-se na contratação de empréstimos e aportes de acionistas, indexados substancialmente ao dólar norte-americano, conforme descrito nas Notas 7 e 8.

A exposição cambial da Companhia em 31 de dezembro de 2012 está concentrada em seus empréstimos e financiamentos, com instituições financeiras e acionistas, em dólar norte-americano, no montante de R\$ 666.830 (R\$ 716.790 em 2011).

Os adiantamentos recebidos da Petrobras e da Gaspetro (Nota 7) cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 808.591 (R\$ 799.060 em 2011), embora incluam parcela vinculada ao dólar, não são considerados em risco, tendo em vista que sua liquidação dar-se-á através da prestação de serviços de transporte, que tem também indexação a essa moeda.

Análise de sensibilidade

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para os instrumentos financeiros com risco de taxa de câmbio, considerando que o cenário provável representa o saldo dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2012, e que os cenários possível e remoto representam o efeito decorrente da variação na cotação da taxa cambial, de 25% e 50%, respectivamente:

	Cenários		
	Provável (saldo)	Possível	Remoto
Empréstimos e financiamentos	666.830	166.707	333.415

Conforme mencionado na Nota 8, as receitas de serviços de transporte são atreladas à variação do dólar norte-americano, conferindo proteção cambial congênita a longo prazo.

Para os compromissos de curto prazo, a Companhia tem como política minimizar o impacto das variações cambiais, através da aplicação de recursos em fundos com remuneração compatível a variação cambial.

c. Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos principalmente com gastos de capital, pagamentos de empréstimos, despesas operacionais, tributos e dividendos. Historicamente as condições são atendidas com recursos gerados internamente, por recebíveis e realizáveis de curto e longo prazos e prestação de serviços de transporte. Essas origens de recursos somadas à posição financeira da Companhia tendem a continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital necessários à sua operação.

d. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, os empréstimos e financiamentos da Companhia foram contratados com taxas de juros fixas e variáveis. Parte substancial da dívida tem taxas de juros fixas, e aquelas sujeitas às taxas variáveis foram contratadas junto a instituições multilaterais de crédito que historicamente têm volatilidade menor que as taxas de mercado. Os saldos dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2012 estão assim distribuídos com relação às taxas de juros:

Total com taxas fixas	478.358
Total com taxas variáveis	188.472
	<u>666.830</u>

e. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, financiamentos, fornecedores e con-

tas a pagar a empresas do Sistema Petrobras estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia são equivalentes aos seus valores contábeis.

18) COBERTURA DE SEGURO

O Gasoduto Bolívia-Brasil encontra-se segurado contra riscos de danos materiais, interrupção de negócios e responsabilidade civil. As coberturas foram contratadas pela Petrobras em nome da TBG. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Os valores em risco e os limites máximos de indenização são os seguintes, em milhares de dólares norte-americanos:

Riscos segurados	Valor em risco	US\$ mil
		Limite máximo de indenização
Danos materiais	11.473.632	155.500
Perda de receita bruta	507.439	507.439
Responsabilidade civil	250.000	250.000

O limite máximo de indenização confere à Companhia a necessária cobertura securitária considerando as características do bem segurado, a probabilidade de ocorrência de sinistros e seu valor de reposição.

19) REMUNERAÇÃO DE PESSOAL (EM REAIS)

A remuneração atribuída a título de remuneração da Diretoria e Conselho de Administração durante o exercício de 2012 e 2011 foi de R\$ 3.947.572 e R\$ 3.783.139, respectivamente.

No exercício de 2012, a maior e a menor remuneração atribuídas a dirigente pela Companhia, pagas no mês de dezembro, foram, respectivamente, de R\$ 65.101,22 e R\$ 43.668,49 (R\$ 47.865,90 e R\$ 40.373,97 em 2011).

A maior e menor remuneração atribuída a componentes da força de trabalho, foram, respectivamente, de R\$ 34.726,35 e R\$ 4.073,00 (R\$ 32.106,46 e

R\$ 3.140,33 em 2011). A remuneração média, paga em dezembro, foi de R\$ 12.785,83 (R\$ 10.619,54 em 2011).

20) PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A partir de 1º de agosto de 2009 a Companhia implementou o Plano de Previdência Complementar, denominado Plano Petros TBG. O Plano Petros TBG foi estabelecido na modalidade de contribuição definida, para os benefícios previdenciários e possui contribuição variável para os benefícios de risco.

A partir de fevereiro de 2012 foi efetivada a migração de todos os empregados da companhia do plano Petros TBG para o plano Petros-2, também estabelecido na modalidade de contribuição definida para os benefícios previdenciários e contribuição variável para os benefícios de risco.

As contribuições pagas no exercício de 2012 totalizaram R\$ 4.578 (R\$ 2.307 em 2011).

As obrigações atuariais, reconhecidas no balanço patrimonial, totalizaram R\$ 1.860, decorrentes de cálculo atuarial de ativos de R\$ 1.084 e passivos de R\$ 2.944.

ADMINISTRAÇÃO

LUCIANA BASTOS DE FREITAS RACHID
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANTONIO EDUARDO
MONTEIRO DE CASTRO
CONSELHEIRO

LUIZ ANTONIO COSTA
PEREIRA
CONSELHEIRO

JOSEILTON GONÇALVES
DOS SANTOS
CONSELHEIRO

ROBERTO SCHLOESSER
JUNIOR
CONSELHEIRO

CLAUDIA BARROZO BRUN
CONSELHEIRA

LUIZ FERNANDO VINCENTI
VARGAS
CONSELHEIRO

ROBERTO DE SOUZA CUNHA
CONSELHEIRO

ROGERIO GONÇALVES MATTOS
DIRETOR SUPERINTENDENTE

ANANIAS FIGUEREDO
DE SOUZA
DIRETOR DE MANUTENÇÃO
E OPERAÇÃO

SYDNEY GRANJA AFFONSO
DIRETOR COMERCIAL

LAIR JESUS PEREIRA DE OLIVEIRA
DIRETOR FINANCEIRO

ROBSON NUNES
RIBEIRO
GERENTE DE CONTROLADORIA

RICARDO SOUZA
DE HOLANDA
CONTADOR - CRC-RJ-040722/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil
S.A. - TBG - Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a res-

peito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

ÊNFASE

Chamamos a atenção para as Notas 1 e 7 às demonstrações contábeis, que descrevem que as operações da Companhia são basicamente efetua-

das com empresas do Sistema Petrobras e, portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

OUTROS ASSUNTOS

INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

AUDITORIA DOS VALORES CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO ANTERIOR

O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 10 de fevereiro de 2012, sem ressalvas, com parágrafo de ênfase do mesmo teor do incluído neste relatório, e, também, com ênfase referente ao limite legal do valor das reservas de lucros que excedem o valor do capital, conforme mencionado na Nota 10.

Rio de Janeiro, 30 de Janeiro de 2013.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Maria Salete Garcia Pinheiro
Contadora CRC 1RJ048568/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A., no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório da Administração 2012 e procedeu ao exame das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, compostas do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício, das Mutações do patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, dos Valores Adicionados e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Considerando o trabalho de acompanhamento da Empresa desenvolvido pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício, com base na análise da documentação apresentada, nas informações prestadas pela Diretoria Financeira e no Relatório da PricewaterhouseCoopers, que declara que as Demonstrações Contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da TBG em 31 de dezembro de 2012, o Conselho Fiscal, por unanimidade, entende que as referidas Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

A Administração da Empresa propõe a distribuição de dividendos no valor de R\$ 372.000.000,00 provenientes da destinação integral do resultado do exercício de 2012, representado pelo lucro líquido de R\$ 190.896.426,26, já deduzido o valor de R\$ 4.010.000,00 a ser pago a título de Participação nos Lucros e Resultados, mais a realização de reservas de lucros no montante de R\$ 181.103.573,74, sendo R\$ 115.232.598,84 da reserva de lucros a realizar e R\$ 65.870.974,90 da reserva especial.

Com a realização de parte da reserva especial, no valor de R\$ 65.870.974,90, o saldo das reservas de

lucro ultrapassa em R\$ 235.591.092,42, o limite estipulado no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações. Considerando que em exercícios anteriores os acionistas já evidenciaram a sua preferência pelo recebimento de dividendos, ao invés da incorporação dos lucros ao capital social, os acionistas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de dezembro de 2010, aprovaram, por unanimidade, a manutenção dos saldos das reservas de lucros.

Considerando as informações econômico-financeiras apresentadas pela Administração da TBG, o Conselho Fiscal opina, por unanimidade, que a proposta de destinação do lucro líquido do exercício encontra-se apta a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2013.

Hubert Georg Deierl

Júlio César Gonçalves Corrêa

Luciana dos Santos Uchôa

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2012

PRAIA DO FLAMENGO, 200 - 25º ANDAR
FLAMENGO - RIO DE JANEIRO - RJ - CEP 22210 901
TEL.: 21 2555 5800 / FAX: 21 2556 6793
WWW.TBG.COM.BR

